

## *Vasco Fernandes Coutinho: notas históricas e genealógicas\**

MARIA JOSÉ DOS SANTOS CUNHA\*\*

Universidade de Évora

**Resumo:** Vasco Fernandes Coutinho nasceu em família da pequena nobreza de serviços com ligações familiares à alta nobreza. Como qualquer jovem de igual estatuto social, fez carreira militar no Império Português do Oriente por cerca de 25 anos, chegando a alcançar alguma proeminência, com breve passagem por Marrocos. Quando o rei português decidiu iniciar a colonização do Brasil, dividindo o ônus com a iniciativa privada, a Vasco Fernandes foi entregue, a título hereditário, a décima primeira capitania que receberia o nome de *Espírito Santo*.

**Palavras-chave:** Espírito Santo; Capitão-donatário; Capitánias hereditárias; Colonização.

**Resumé:** Vasco Fernandes Coutinho est né dans une famille de la petite noblesse de services avec liaisons familiares à la haute noblesse. Comme n'importe quel jeune de son rang social, a fait carrière militaire dans l'Empire Portuguais de l'Orient pour environ 25 ans, atteignant certaine notoriété, avec courte passage au Maroc. Quand le roi portuguais se décida à commencer la colonisation du Brésil, partageant les coûts avec l'enterprise privée, Vasco Fernandes a reçu, à titre héréditaire, l'onzième capitainerie qui prendra, par la suite, le nom de *Espírito Santo*.

---

\* Artigo recebido em 27 de outubro de 2013. Aprovado para publicação em 5 de dezembro de 2013.

\*\* Doutoranda em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais, pela Universidade de Évora. Membro do Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais com a tese "*Os Jesuítas no Espírito Santo: contactos, confrontos e encontros (1549-1459)*". E-mail: [cunha.mjs@gmail.com](mailto:cunha.mjs@gmail.com).

**Mots-clé:** Espírito Santo; Capitaine donataire; Capitaineries héréditaires; Colonisation.

A figura do primeiro capitão donatário do Espírito Santo precisa ser debatida e estudada do ponto de vista da visão social e das redes de poder dentro do espaço brasileiro e deste com a África e a Ásia, seus palcos de atuação e não apenas pelas vertentes militar e económica, esta mesmo ainda carente de recolha e análise mais sistematizada a que se precisa juntar os dados e conhecimentos obtidos por investigadores portugueses e brasileiros, dos (es)paços por onde este personagem transitou, no que consideramos a segunda fase da sua vida, coincidentemente a de capitão donatário do Espírito Santo. À vista destas lacunas, o que se conhece no presente, deverá receber futuros aditamentos e revisões, razão pela qual não perfilhamos a afirmação que dá como conhecida a trajetória de Coutinho no Brasil.<sup>1</sup> Ao contrário, defendemos ser esta a que nos coloca maiores dúvidas pelas lacunas de que ainda se reveste.<sup>2</sup>

Vasco Fernandes Coutinho era um fidalgo da Casa Real com carreira militar, no Oriente e em Marrocos. Estreado oficialmente nas lides bélicas com a tomada da cidade de Goa em 1510, andaria ele entre os 14 e os 16 anos.<sup>3</sup> Prosseguiu daí para a conquista de Malaca, em 1511, integrado na armada comandada por Afonso de Albuquerque,<sup>4</sup> tendo-se distinguido por ato de bravura ao enfrentar o elefante sobre o qual se encontrava o rei enquanto a maioria dos companheiros de armas, assustados, recuaram para se

---

<sup>1</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e. Vasco Fernandes Coutinho, Construtor do Estado da Índia e do Brasil. A.A.V.V., D. João III e a Formação do Brasil. Lisboa: CEPCEP-Universidade Católica Portuguesa, 2004, p. 169.

<sup>2</sup> O estudo de João Paulo Oliveira e Costa privilegia a atuação na Ásia e refere genericamente o período brasileiro através duma visão contemporânea, porém reprodutora do estereótipo que lhe foi aposto desde Gabriel Soares de Sousa, no final da década de oitenta do século XVI, Idem. *Ibidem*, p. 168 e que cai perante o cruzamento com outras fontes coevas questionadas por autores brasileiros que têm trabalhado o Espírito Santo no período colonial.

<sup>3</sup> *Id.*, *Ib.*, p. 170.

<sup>4</sup> *Id.*, *Ib.*, p. 171.

proteger, ajudando à vitória portuguesa. Por dois anos permaneceu na Malásia como capitão do navio *Bretão*, com o propósito de firmar e estabilizar a presença lusitana.<sup>5</sup> Em 1513, sabemos-lo de retorno à Índia onde, por mais sete anos, serviu na esquadra do mar como capitão de navio, tendo uma vez sido nomeado para a alcaidaria-mor da fortaleza de Ormuz, cargo a que renunciaria no ano seguinte sem que sejam conhecidas as razões para tal.<sup>6</sup> Até 1520, Coutinho era, portanto, parte ativa do esforço de guerra de afirmação e imposição da presença portuguesa nos centros de abastecimento e comercialização das especiarias e outros produtos orientais controlados, até então, pelos mercadores muçulmanos, na maioria árabes, que colocavam as mercadorias através do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho nas mãos dos comerciantes cristãos que negociavam no Mediterrâneo Oriental, em especial os venezianos, que as redistribuíam pela Europa. Neste cenário, Vasco Fernandes Coutinho foi uma das peças que o rei D. Manuel I fez deslocar e manteve, localmente, para conseguir o domínio sobre o Índico, tornando-se assim Portugal a primeira potência ocidental da época moderna a tentar a dominação na Ásia contra a aliança formada pelo Império Otomano, Muçulmanos Árabes, República de Veneza e Estados Hindus. As suas experiências ultramarinas parecem ter sido interrompidas por altura daquela data, mas foram retomadas em 1521 quando, junto com os seus dois irmãos, Martim Afonso de Melo Coutinho – primogénito e capitão-mor da armada - e Diogo de Melo Coutinho seguiram de Lisboa com destino à Malásia e aos mares da China.<sup>7</sup> Encontrava-se, na ocasião, Vasco Fernandes Coutinho mandatado por D. Manuel com a capitania-mor desta rota no mar da China, interessado que estava o rei em intervir no lucrativo comércio que escoava de Sumatra a pimenta para aquele reino e dele transportava as porcelanas e a seda. Apesar do facto das capitánias de mar serem menos prestigiadas do que as de terra, ainda assim, Coutinho tinha a possibilidade de negociar por conta própria e incrementar, por este modo, os seus proventos. Pouco tempo

---

<sup>5</sup> *Conquista de Malaca 1511. Campanhas de Afonso de Albuquerque*. Vol. II. Col. Batalhas de Portugal. Parede: Tribuna da História, 2012.

<sup>6</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e. *Op. cit.*, p. 172.

<sup>7</sup> *Id., Ib.* O percurso do irmão primogénito encontra-se melhor conhecido.

esteve no extremo oriente porque, em 1526, já prestava serviço em Marrocos.<sup>8</sup>

Vasco Fernandes Coutinho pertencente ao grupo da pequena nobreza era um dos fidalgos da Casa Real cuja passagem pelas terras do Império funcionou como potencial meio de promoção social e económica, respaldado pela teia de relações familiares que o ligavam a algumas das linhagens mais proeminentes da época: Melos, Coutinhos, Limas, Barretos e aparentado com Cunhas, Sás, Britos e Henriques.<sup>9</sup> Filho do casal formado por Jorge de Melo e D. Branca Coutinho, de famílias fidalgas, mas em ramos secundários nas respetivas linhagens, pertencia ao grupo dos que serviram a coroa, no Reino e no Ultramar, sobretudo em alcaidarias-mores alentejanas, mas também no Conselho do Rei, como guarda-mor ou, no caso do irmão mais velho, como capitão e anadel-mor dos besteiros a cavalo, tendo ainda alguns membros recebido a titularidade de conde, no início da dinastia de Avis, no século XV e seu avô materno, do qual era homónimo, estava aparentado com ramos terratenentes no norte de Portugal. O que terá movido Coutinho a aceitar o desafio de “erguer uma colónia” e “gerar um novo espaço económico” (COSTA, 2004), no Brasil, fugindo ao tradicional investimento na Ásia? É esta a pergunta a que procuraremos dar resposta, na ausência de explicação deixada pelo próprio.

Quando lhe foi outorgado o título de capitão donatário, possuía quatro características que eram, no contexto, qualidades favoráveis à liderança do empreendimento: a confiança régia, a experiência militar na condução de homens em situações de risco, hábitos de mobilidade, a abertura mental face ao outro e a diferentes espaços geográficos.

De nascimento estimado entre os anos de 1493 a 1495,<sup>10</sup> teria alcançado os quarenta anos de idade, mais de metade dos quais em situações de guerra, quando tomou posse da capitania. Não era, portanto, um novato

---

<sup>8</sup> *Id., Ib.*, p. 174.

<sup>9</sup> O artigo supracitado contempla biografia e caracterização social do biografado e sua relação com a coroa na medida da sua participação na Expansão na Ásia, África magrebina e Brasil.

<sup>10</sup> *Id., Ib.*, p. 170.

desprovido de experiência de chefia, mas um homem que possuía capacidades de liderança operacional desenvolvidas em cenários bélicos asiáticos e marroquinos. Vasco Fernandes Coutinho arriscou o relativo conforto material proporcionado pela carreira militar, trocando-o por um novo empreendimento no qual praticamente ficaria por conta própria sem o respaldo duma estrutura previamente montada e periodicamente renovada a expensas da coroa. A carreira das armas ultramarina valera-lhe um pecúlio que investira em bens imóveis em Santarém; não se sabe ao certo quais, conhece-se sim, a existência dumas casas<sup>11</sup> vendidas, antes da compra da quinta em Alenquer, por volta de 1529, de acordo com alvará régio de isenção de pagamento de sisa.<sup>12</sup> Por sua vez, para reunir dinheiro necessário à empresa da capitania, tratou de vender a quinta e uma tença anual no valor de trinta mil reais conseguida pelos bons serviços prestados à Coroa no ultramar. Por ser do interesse de ambas as partes, isto é, de Vasco Fernandes Coutinho e do rei, o negócio concretizou-se com a eventual compra da quinta<sup>13</sup> por um valor desconhecido e a troca da mercê régia fixa pela quantia de duzentos e cinquenta e cinco mil reais: “ha daver de mym cada hûu anno que de mim tinha em quanto minha merce fosse que lhe comprey a rezam de oyto mil e quinhentos reaes por milheiro”,<sup>14</sup> ou seja, a renda que anualmente recebia e lhe conferia alguma segurança foi, deste modo, adquirida pelo rei, o que lhe rendeu a quantia de oito mil e quinhentos reais por cada mil:  $8.500 \times 30.000 = 255.000$  pagos de uma vez só, de acordo com o alvará escrito a 14 de Outubro de 1534. Esta importância destinava-se ao aluguel de uma

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, Nota 17, p. 28. A família materna tem ligação a Santarém; a capela de Santa Ana, na igreja do convento de S. Francisco, contém algumas lápides tumulares da família, nomeadamente as da mãe e do irmão mais velho, para maiores detalhes veja-se o estudo arqueológico de RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães. “Memórias sepulcrais” do convento de São Francisco de Santarém. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 4. Nº 1. Lisboa: IGESPAR, 2001, p. 145 – 185.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 29. O autor transcreve o alvará e cita os dados publicados no artigo de Pedro de Azevedo. “Os primeiros donatários”. In Malheiro Dias (Org.). *História da Colonização Portuguesa*. Vol. 3. Porto: Litografia Nacional, 1922, p. 189 e segs.

<sup>13</sup> *Id., Ib.*, p. 30.

<sup>14</sup> *Id. Ib.* Nota 29 da p. 30.

caravela, à compra de armamento e de outros itens não especificados,<sup>15</sup> levantados em Lisboa nos armazéns da Ribeira das Naus.<sup>16</sup> No caso específico do negócio da venda da tença, Coutinho obteve um lucro percentual de 850 (%) ou, como refere o citado documento, um ganho de 8,5 por cada mil.

Anotações feitas à margem do supra citado alvará indicam alguns dos passos, diligências e despesas para organizar os materiais necessários à viagem e fixação da comunidade que com ele viajaria à capitania.

**Tabela 1:** Démarches preparativas da viagem ao Espírito Santo.

<b>Rendimentos obtidos</b>	<b>Valores em reais</b>
• <b>Venda da quinta</b>	?
• <b>Venda da tença</b>	255.000
<b>Investimentos realizados nos armazéns da Ribeira</b>	<b>Valores em reais</b>
• <b>Aluguel de caravela</b>	84.384
• <b>Armamento</b>	23.350
• <b>Itens não especificados</b>	10.320
<b>Total dos Investimentos</b>	118.054
<b>Valor residual*</b>	136. 946

\* sem a quantia obtida pela venda da quinta de Alenquer.

Conseguido o capital para o investimento no Brasil, na contracorrente dos familiares e da maior parte da fidalguia, direcionados para as proveitosas e mais experimentadas realizações econômicas nas carreiras da Ásia e do Norte de África, como ficou dito no ponto anterior, Coutinho optou por assegurar uma ascensão social para si e seus descendentes, na nova terra, assegurando-se que estaria entre os primeiros. À partida os esforços,

<sup>15</sup> *Id. Ib.* Nota 29, p. 30-31.

<sup>16</sup> Sob este nome eram designados os espaços ocupados na Ribeira das Naus pelas estruturas destinadas ao apoio à navegação. Cf. PISSARRA. José Virgílio Amaro. “Armazéns”. In CVC. Instituto Camões. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/navegapor/c08.html>>. Acesso em 3 Fevereiro 2013.

tempo e recursos a empregar na iniciativa pareceram-lhe promissores pelo que se fixou na proposta régia de colonizar o litoral brasileiro pelo sistema de capitânias.

Concluídos os trâmites de contratação da caravela *Glória*<sup>17</sup> e respetivo equipamento, encontradas as «gente de mar» e formado o grupo da “gente de guerra”,<sup>18</sup> colocados a bordo o armamento, apetrechos e as vitualhas para a viagem, zarpou de Lisboa, em data incerta, para tomar posse do seu quinhão, Vasco Fernandes Coutinho, no comando de cerca de sessenta pessoas.<sup>19</sup> Desconhece-se o dia da partida, porém considera-se a chegada a vinte e três de Maio de 1535, oitavo domingo, após a Ressurreição, seguindo a tradição que dava aos topónimos o nome do santo do dia. Assim, a primeira oitava de Pentecostes, naquele ano, coincidiu com o domingo 23 de Maio, dia consagrado pela Igreja Católica ao Espírito Santo. A chegada, em meados do mês de Maio, é coincidente com a época de saída das armadas de Lisboa, entre os meses de Fevereiro a Abril, a fim de conseguirem aproveitar a melhor fase dos ventos alísios no Atlântico Sul. Considerando-se o facto de uma viagem entre Lisboa e Salvador, sem incidentes ou atrasos, demorar em

---

<sup>17</sup> A documentação não é esclarecedora a propósito da embarcação, nomeadamente sobre o tipo e a capacidade da caravela. Havia-as triangulares ou latinas e as redondas, segundo o velame empregue enquanto a capacidade em toneis variava entre os cinquenta, oitenta, cem, cento e dez até cento e oitenta. Entre os informes sobre o assunto vejam-se BARATA, João da Gama Pimentel, *A Caravela. Estudos de Arqueologia Naval*, vol. II, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 13-53. DOMINGUES, Francisco Contente e GUERREIRO, Inácio. *A Vida a Bordo na Carreira da Índia (Século XVI). Actas da VI Reunião Internacional da História da Náutica e Hidrografia*. Lisboa: C.N.C.D.P., 1989, p. 185-225. Sabemos que a caravela abaixo de cem tonéis, e para uma viagem sem propósitos comerciais a locais pouco ou nada conhecidos, é o navio ideal para aproximação ao litoral, por conseguir maior capacidade de manobra nas entradas e saídas de rios e baías. As estimativas da relação tonelagem/tripulante realizadas para a *carreira da Índia* apesar de necessitarem de correção de valores tendo-se em consideração o número de não tripulantes a bordo, bagagens, água e alimentos, apontam para uma proporção de 1:2, isto é, cinquenta toneis para cada vinte e cinco tripulantes, assim para um número total estimado em sessenta viajantes a caravela seria de médio porte.

<sup>18</sup> O significado dos termos adotados desde o primeiro século da Expansão pode ser visto em “A caminho do oriente: preparação e quotidiano da gente de guerra nas naus da Índia”. *Actas do VIII Colóquio de História Militar - Preparação e Formação Militar em Portugal*, Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1997, p. 59-110.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 32.

torno de dois meses e que de Salvador à vila do Espírito Santo há cento e vinte léguas a separá-las,<sup>20</sup> remete-se assim a largada de Lisboa para a primeira metade do mês de Março, o que é coincidente com a melhor fase de saída do Tejo para quem viaje para o hemisfério sul.

Os tempos seguintes foram passados entre azáfamas e dificuldades para conseguirem montar uma estrutura de vida que se aproximasse o mais possível da metrópole, em terra onde o sistema civilizacional não se integrava no seu quadro de referência e ao qual estavam habituados, fosse o que conheciam em Portugal ou em Marrocos ou os das praças asiáticas. Gente, equipamentos, géneros alimentícios, sementes, plantas e, seguramente, armas, chumbo, pólvora para defesa pessoal, ferro e apetrechos para fazer face às primeiras construções, conserto e fabrico de peças andaram a par da distribuição de sesmarias. Dar rentabilidade ao investimento e gerar riqueza esteve na base da introdução da cana sacarina e criação de engenhos. A vontade de penetrar no sertão à procura de metais preciosos tê-lo-ão reconduzido ao reino, onde Coutinho buscou mobilizar parceiros e capitais necessários e, atendendo-se à sua rede de conhecidos e familiares terá sido primeiramente entre estes que buscou auxílio.<sup>21</sup> É neste o contexto e no de procura de mais povoadores que se poderá visualizar a ausência do donatário

---

<sup>20</sup> RODRIGUES, Pero. Vida do padre José de Anchieta da Companhia de Jesus. In CAXA, Quirício e RODRIGUES, Pero. Introdução e notas de Hélio Abranches Viotti, S. J. *Primeiras biografias de José de Anchieta*. Obras Completas vol. 13. São Paulo: Edições Loyola, 1988, p. 58.

<sup>21</sup> O interesse pelo ouro e pela prata é focado em CARVALHO, Filipe Nunes de. Do descobrimento à União Ibérica. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Coord. Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva). Vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 129: “Vasco Fernandes interessou-se igualmente pela exploração do ouro e da prata em que, de acordo com informações recebidas, a sua capitania era rica. Tendo embarcado para o Reino a fim de preparar as condições necessárias ao sucesso da expedição que projectou realizar”. Recorde-se que a seu primo Francisco Pereira Coutinho havia D. João III entregue a capitania da Baía. Cf. PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro. *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do império português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de doutoramento. Texto policopiado. Lisboa, 2007, p. 279.

da capitania, a sua estadia em Lisboa, mas também a sua passagem por capitánias do Nordeste.<sup>22</sup>

À fórmula das donatárias seguiu-se, cronologicamente, a introdução do modelo de governo-geral, de administração direta pela Coroa. D. João III percebeu ser necessário o investimento público para a manutenção e exploração económica da terra. Porém, o embrião colonizador lançado com as capitánias donatárias foi fundamental para o estabelecimento definitivo que, em conjunção com o modelo centralizador, viabilizou uma fórmula que melhor serviu os interesses régios. Sem o contacto anterior de gentes previamente familiarizadas com diversas formas de intercâmbio cultural e sem a criação de meios de comunicação com as pessoas da terra, o projeto falharia. Assim, aquele primeiro período ultrapassa o estrito âmbito de visão da primícia do encontro com o outro para abranger, igualmente, a construção de pontes essenciais ao convívio pacífico não obstante os confrontos com os índios que, por quase duas vezes, colocaram em perigo a sobrevivência deste embrião colonizador, provocados pela intervenção dos portugueses que, pela captura, buscavam mão-de-obra. Por serem colonos, e não apenas comerciantes, lançaram as bases do suporte de vida gizado pela coroa e almejado por Coutinho. Primeiro, a fase de comunidade fechada, centrada em si e nos seus bens, de abastecimento dependente da metrópole; depois, a de procuralocal para suprir as suas necessidades. Este parece-nos ser o sentido geral da avaliação a ser feito às capitánias.<sup>23</sup>

Importa, porém, ter em consideração que a fase anterior à chegada do primeiro governador-geral à Baía se inseriu num processo gradual e cumulativo que é necessário examinar na sua globalidade. Deste modo, torna-se patente que as capitánias representaram uma etapa preparatória sem a qual não seriam possíveis os êxitos alcançados pela colonização no período do governo-geral. Datam, efectivamente, desta fase o início do

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 44-48.

<sup>23</sup> CARVALHO, Filipe Nunes de. Do descobrimento à União Ibérica. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Coord. Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva). Vol. VI. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 21-204.

povoamento propriamente dito, consubstanciado na criação de diversas vilas e outros núcleos populacionais pelos Europeus, e o início da agricultura visando a exportação. (Carvalho, p.135)

Ao tempo de Francisco de Aguiar Coutinho, terceiro capitão-donatário, o Espírito Santo estava entre as capitanias melhor cotadas “é uma das principais deste Estado”,<sup>24</sup> na avaliação dos padres jesuítas.

Sobre a pessoa de Vasco Fernandes Coutinho pende, desde Gabriel Soares de Sousa, o estigma da indigência. Por oposição, a imagem do “vilão farto”, segundo palavras do próprio Coutinho, referindo-se à sua capitania, adensam uma questão que se tornou controversa.<sup>25</sup>

Inaugurado o período dos governadores-gerais, no dia 29 de Março de 1549, fundeou, em São Salvador da Bahia de Todos os Santos, a esquadra que acompanhava Tomé de Sousa, primeiro governador-geral e, com ele, os primeiros jesuítas que, naquele mesmo ano, haveriam de aportar na vila do Espírito Santo. Coutinho manteve-se na capitania, conhecendo-se-lhe três saídas: uma entre 1540 a 1547-48, outra de 1550 a 1555<sup>26</sup> e por último, de 1558 a 1560, para a qual solicitou a Mem de Sá transporte para o reino.<sup>27</sup> O governador Duarte da Costa, após encontro com Vasco Fernandes na Baía, refere-se-lhe como sendo uma pessoa idosa, pouco endinheirada, esgotada e ressentida com o insulto público do bispo que o excomungara pelo hábito de fumar e lhe negara o tratamento condizente com a sua posição social de fidalgo.<sup>28</sup> Em 1558, ao partir para Portugal, num derradeiro esforço para salvar a capitania, tinha bem consciência da qualidade e das potencialidades da terra. A carta que dirige a Mem de Sá escrita em Ilhéus, a vinte e dois de Maio de 1558, e cujo conteúdo nalguns trechos é de pouca clareza, alude à

---

<sup>24</sup> Pero Rodrigues. *Op. cit.*, p 58 e Teixeira de Oliveira. *Op. cit.*, p. 52-53.

<sup>25</sup> Veja-se a este respeito RIBEIRO, Luiz Cláudio M. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (sec. XVI-XVIII). XXX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL *Crises económicas, crises sociais*. Universidade Técnica de Lisboa. Novembro de 2010, p. 2-4 e bibliografia citada. Ver ainda OLIVEIRA, José Teixeira de. *Op. cit.*, p. 93-95.

<sup>26</sup> *Id.*, *Ib.*, p. 76 e 88.

<sup>27</sup> *Id.*, *Ib.*, p. 94, 101-103.

<sup>28</sup> *Id.*, *Ib.*, p. 78 e 80.

bem-sucedida guerra contra os índios, aos distúrbios e mau entendimento entre os colonos e o próprio, causados por uma postura a propósito dos índios, e a firme intenção de ainda procurar, no Reino, comprador ou investidor “e a muita necessidade que esta terra tem daquela terra se no perder”.<sup>29</sup> Antes de partir, deixara uma carta acompanhada de procuração dirigida ao ouvidor da capitania, a solicitar a renúncia ao senhorio. Este pedido foi aceite por Mem de Sá, em nome da regente D. Catarina de Áustria, no ano de 1560 e confirmado por Vasco Coutinho, entretanto regressado da metrópole.<sup>30</sup>

Como data da sua morte considera-se o ano de 1561. As suas ossadas foram colocadas em “sepultura decente” na igreja reformada da Santa Casa da Misericórdia<sup>31</sup> da vila de Nossa Senhora da Vitória, por sua vontade, assim expressa, desde 1550.

Terá a capitania e o seu donatário sido bem-sucedidos? Este é um assunto que tem merecido a atenção de gerações de historiadores. Quando se trata de perspetivar os motivos e os resultados; cremos ser este um tema a remeter para estudos comparativos entre as restantes capitanias e donatários, por modo a permitir relativizar e melhor compreender, as ações e condições de uns e de outros.

---

<sup>29</sup> *Id.*, *Ib.*, p. 94-95.

<sup>30</sup> *Id.* *Ib.*, p. 101-103.

<sup>31</sup> *Id.* *Ib.*, p. 173-174, *apud.* Alberto Lamego. *A terra goitacá*. Vol. 1, p. 148-151.

**Mapa 1: Terra Brasilis<sup>32</sup>**

O mapa de 1519 assinala entre o cabo dos Baixos de Abrolhos e o Cabo de São Tomé uma grande baía no futuro território da capitania de Vasco Fernandes Coutinho.

<sup>32</sup> Atlas nautique du Monde, dit atlas Miller. Fl. 5. Lopo Homem, 1519. Bibliothèque nationale de France, GEDD-683 (RES). Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b5901138r/f7.zoom.hl.langFR>>. Acesso 12 de novembro de /2011.

**Mapa 2:** Litoral brasileiro entre as baías da Guanabara e de Todos os Santos, Giacomo Gastaldi<sup>33</sup>



1556: O litoral do Espírito Santo, embora conhecido, permanece sem alusão específica e não traduz o desenvolvimento urbano da região.

Recebeu Vasco Fernandes Coutinho de juro e herdade,<sup>34</sup> ou seja, a título perpétuo a administração do seu quinhão de terra sem referência

<sup>33</sup> Disponível em:

<[http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=579](http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=14&Itemid=99&idMapa=579)>. Acesso 12 de novembro de 2011.

<sup>34</sup> O direito de poder transmitir a doação aos herdeiros, observando-se o princípio da primogenitura, não invalidava a posse e a jurisdição suprema régias. Para os aspetos gerais da natureza jurídica das capitânias leia-se MEREIA, Paulo. A Solução Tradicional da Colonização do Brasil. In: DIAS, C. Malheiro et al.(Ed.), *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III (1521-1580). Porto: Litografia Nacional, 1924, p. 165-188. FERREIRA, Waldemar. *História do Direito Brasileiro. As capitânias coloniais de juro e herdade*. Vol. I. São Paulo: Ed. Saraiva, 1962 e DIAS, Manuel N. Natureza e estatuto da capitania do Brasil. Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXVII. 1979, p. 171-188. A transcrição da carta de doação encontra-se na *Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*. Tomo XXIV. 1º trimestre. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1861, p. 175-196. OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. 19 – 23. CHORÃO, Maria José.

geográfica precisa e, de igual modo, uma capitania sem nome, de acordo com o instrumento de doação. Até ao momento, a documentação encontrada não contradiz a visão de se tratar de um mero segmento no caminho entre os núcleos da atual Baía (Baía, Ilhéus e Porto Seguro) e os do atual sul do estado do Espírito Santo, desde Itapemirim até ao norte do Rio de Janeiro, na região de Macaé e, daí, prosseguindo para a região mais conhecida e movimentada de Cabo Frio e baía da Guanabara, seus vizinhos a Norte e a Sul, respetivamente<sup>35</sup>. Posta de lado a hipótese da continuidade do patrulhamento das armadas de costa como única medida de salvaguarda do território, o propósito, a partir de então, era o do início efetivo da colonização. Não bastavam as intervenções navais nem os arrestos das mercadorias e dos navios estrangeiros; a guerra vence-se em terra onde se conquistam “posições, territórios, riqueza e, subseqüentemente, o poder que emana destas conquistas”.<sup>36</sup> Para isso a colonização estava prestes a ser implementada. E entendemos por colonização a ação de criar e organizar núcleos permanentes de povoadores, primeiro no litoral; depois, progressivamente, a penetração para o interior até ao limite da fronteira portuguesa. Esta medida marca a transição entre o período estritamente comercial e o da presença colonizadora permanente e é também o sinal do reconhecimento da necessidade de se criarem condições a uma existência social duradoura. O modelo era o das donatarias hereditárias, utilizado nos arquipélagos

---

(apresentação, transcrição e notas de) *Doações e Forais das Capitanias do Brasil (1534-1536)*. Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999, p.75 - 83.

<sup>35</sup> “Éramos uma nesga de terra litorânea, quase apenas uma passagem do Rio de Janeiro para a Bahia. Impedido de fazer entradas para as minas gerais”, In Renato Pacheco (prefácio). *O Espírito Santo em princípios do século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 a 1819*. Disponível em <[www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/o-espirito-santo-em-principios-do-seculo-xix-2/](http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/o-espirito-santo-em-principios-do-seculo-xix-2/)>. Acesso em 3 Novembro 2011.

<sup>36</sup> SALGADO, Augusto A. Alves. «O poder naval português no Atlântico – séculos XVI a XVIII». Comunicação apresentada ao Congresso Internacional *O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Org. Centro de História de Além Mar, FCSH-UNL e Departamento de Ciências Humanas-Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/augusto-alves-salgado-pdf-d179689920>>. Acesso em 26 Novembro 2011.

atlânticos, de modo a partilhar o peso e as responsabilidades entre um grupo de privados. A concessão fez-se através de dois instrumentos legais: a carta de doação que configurava os poderes e privilégios do capitão donatário, com extensivos poderes dos foros civil e criminal, através de funcionários por si nomeados, a recordar os poderes dum comandante militar.

[...] lhe faço doaçam e merce de juro e d'erdade pera todo sempre pera elle e seus descendentes e sobcessores no modo sobredito da jurdiçam civell e crime da dita terra da qual elle dito Vasco Fernandes e seus herdeiros e sobcessores usaram na forma e maneira seguinte *scilicet* poderaa per sy e per seu ouvidorestar há emliçam dos juízes e officiaes (CHORÃO, p. 76).

Como consequência de tal, o ato de dividir o litoral brasileiro em quinze lotes ou capitánias entregues, respetivamente, a doze donatários pressupunha, por determinação régia (na concepção de património régio, só o rei pode conceder a exploração de forma onerada ou graciosa), obviamente, a constituição de um governo que acabaria por influenciar o modo como os povoadores seriam governados. Para isso existia a Carta de Foral, passada pelo rei após a mercê da terra, instrumento legal regulador dos direitos e obrigações devidos ao capitão e ao soberano, em 7 de Outubro de 1534. O documento jurídico cujas fórmulas, natureza e regulamentações delas decorrentes estão em conformidade com as ordenações do reino “forma e maneira que se conthém em minhas ordenações”<sup>37</sup> e que, de forma esquematizada, apresentamos subdivididas pelas três pessoas simples e coletivas abrangidas pela Carta de Foral, isto é, o capitão-mor, os moradores e o rei.

---

<sup>37</sup> CHORÃO, Maria José. Op., cit, p. 85. Igualmente transcrito em OLIVEIRA, José Teixeira. *História do Espírito Santo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951, p. 35-37.

**Tabela 1:** Termos de doação da carta de foral.

<b>FORAL DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO</b>		
<b>LOCAL E DATA:</b> Évora, 07/10/1534		
<b>TIPO DOAÇÃO:</b> Juro e herdade		
<b>Do CAPITÃO DONATÁRIO</b>	<b>Dos MORADORES</b>	<b>Do REI</b>
repartir a terra em sesmarias		
capitão e filho herdeiro não podem haver sesmaria		
restituir no espaço de 1 ano a sesmaria caso se torne herdador da capitania, sob pena de a perder para a Coroa e pagar de coima o dobro do seu valor		a fiscalização da disposição anterior é da responsabilidade do feitor ou almoxarife régios; do incumprimento decorre a perda do cargo e o pagamento do valor da sesmaria
recebe 1/10 do quinto real sobre os bens preciosos que nela houver, assim que estiver arrecadada a parte do rei		recebe <b>1/5</b> sobre pedras preciosas, aljôfar, pérolas, coral, ouro, prata, cobre, estanho, chumbo e outros metais
poder usufruir do pau brasil para uso próprio local, exceto como lenha	poder usufruir do pau brasil para uso próprio local, exceto como lenha	monopólio da extração e comercialização do pau-brasil, especiarias e drogas
recebe meio dízimo sobre peixe pescado sem ser «à cana»		recebe dízimo sobre peixe pescado sem ser «à cana»
comercializar para qualquer porto do reino e senhorios portugueses outras mercadorias da terra distintas das mencionadas às quais se juntam os escravos das quais pagarão sisa	comercializar para qualquer porto do reino e senhorios portugueses outras mercadorias da terra distintas das mencionadas às quais se juntam os escravos das quais pagarão sisa	recebe sisa sobre os produtos da terras comercializados em qualquer local de seu senhorio
poder comercializar no estrangeiro produtos locais	poder comercializar no estrangeiro produtos locais	

---

<b>pagamentos sobre navios e mercadorias feitos em outras alfândegas portuguesas dispensados de pagar na alfândega local, mediante apresentação de comprovativos</b>	pagamentos sobre navios e mercadorias feitos em outras alfândegas portuguesas dispensados de pagar na alfândega local, mediante apresentação de comprovativos	
<b>recebe redízima sobre a dízima régia das mercadorias da terra destinadas a exportação</b>		recebe dízima das mercadorias da terra destinadas a exportação
<b>isenção de pagamento pela saída de mercadorias locais com destino a portos portugueses; obrigatoriedade de apresentar no espaço de 1 ano em Vitória certidão dos registos alfandegários, sob pena de coima no valor de 1/10 das mercadorias transacionadas</b>	isenção de pagamento pela saída de mercadorias locais com destino a portos portugueses; obrigatoriedade de apresentar no espaço de 1 ano em Vitória certidão dos registos alfandegários, sob pena de coima no valor de 1/10 das mercadorias transacionadas	verificação das certidões de alfândega por descarga de mercadorias da terra em portos nacionais, com discriminação dos produtos

---

**Tabela 2:** Termos de doação da carta de foral (continuação)

<b>FORAL DA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO (cont.)</b>		
<b>Do CAPITÃO DONATÁRIO</b>	<b>Dos MORADORES</b>	<b>Do REI</b>
recebe 10% do dízimo real		recebe na alfândega local, como fiança, o dízimo sob as mercadorias exportadas
		recebe o dízimo sobre as mercadorias importadas
comercializa livremente alimentos, armas, munições, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e demais produtos bélicos entre os cristãos e súbditos portugueses	comercializam livremente alimentos, armas, munições, pólvora, salitre, enxofre, chumbo e demais produtos bélicos entre os cristãos e súbditos portugueses	
vedado o comércio e trato com os índios	vedado o comércio e trato com os índios	arrecada 1/3 dos produtos e distribui 1/3 para o denunciante e 1/3 para o hospital ou igreja na falta deste
fiscaliza e autoriza movimento das cargas saídas na ausência de feitor ou outro funcionário régio comsemelhantes funções		fiscaliza e autoriza movimento das cargas saídas através de funcionário competente; o incumprimento é penalizado com recebimento em dobro dos respectivos valores
liberdade de trato e comércio com outras capitanias	liberdade de trato e comércio com outras capitanias	
	proibição de trato, por si ou por outrem, com os índios ainda que estes sejam cristianizados	entrega 1/3 dos bens transacionados com índios ao denunciante; restantes 2/3 destinados à fortificação da cidade ou vila
		alcaides mores recolhem tributação de acordo com as ordenações régias
cobra a travessia dos rios por barca quando as instale	Câmara Municipal fixa a taxa a pagar pela travessia de rios por barca	confirma valor do tributo por travessia de rios por barca
recebe 500 reais anuais de cada tabelião a trabalhar na capitania	obrigatoriedade de prestar serviço militar em caso de guerra	

Para a empresa brasileira que ainda não captava a atenção e o interesse da maioria do funcionalismo e dos empreendedores ou portugueses ou estrangeiros a operarem nas praças económicas no reino e alhures, mais ligados aos proveitos e à considerada mais segura, fiável e trabalhada carreira da Índia ou das praças africanas, em território onde praticamente tudo estava por edificar e, portanto, de mais difícil captação das linhagens prestigiadas querendiam a evitar os postos de menor notoriedade,<sup>38</sup> decidiu D. João III entregar a homens de sua confiança e com carreira experimentada quer no exercício das armas, na administração, quer nos negócios régios com as colónias a empreitada da fixação sistemática de gentes, transporte de víveres, plantas, animais e instrumentos necessários à transplantação e montagem dum sistema de vida inexistente na terra. Com efeito, o grupo social no qual se integravam os novos donatários era o da nobreza formada pelos filhos secundogénitos que encontravam nas carreiras ligadas ao ultramar campo para os empregar e dilatar as rendas.

## Referências

- AZEVEDO, Pedro de. “Os primeiros donatários”. In Malheiro Dias (Org.). *História da Colonização Portuguesa*. Vol. 3. Porto: Litografia Nacional, 1922, p. 189 e segs.
- BARATA, João da Gama Pimentel, A Caravela. *Estudos de Arqueologia Naval*, vol. II, Lisboa, IN-CM, 1989, p. 13-53.

---

<sup>38</sup> Parece-nos exemplificativo o caso de Martim Afonso de Sousa. Depois da passagem pelo Brasil, não obstante a doação das cem melhores léguas de testada marítima, o rei informa-o da possibilidade de poder regressar naquele momento ao Reino caso a sua presença já ali não fosse mais considerada necessária para de seguida partir para a Índia investido das funções de capitão-mor do mar e posteriormente de governador. Sobre a primeira comissão de serviço e a viragem política de D. João III em assuntos ultramarinos veja-se, em particular, Cf. PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro. *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do império português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de doutoramento. Texto policopiado. Lisboa, 2007, p. 140 – 172.

- CARVALHO, Andreia Martins de. *Nuno da Cunha e os capitães da Índia 1529 – 1538*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado. Lisboa, 2006.
- CARVALHO, Filipe Nunes de. Do descobrimento à União Ibérica. *Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*. (Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Coord. Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva). Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 129. v. VI.
- CAXA, Quirício e RODRIGUES, Pero. Introdução e notas de Hélio Abranches Viotti, S. J. *Primeiras biografias de José de Anchieta*. Obras Completas vol. 13. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- CHORÃO, Maria José. *Doações e forais das capitanias do Brasil (1534-1536)*. (Apresentação, transcrição e notas). Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1999.
- COSTA, João Paulo Oliveira e. Vasco Fernandes Coutinho, Construtor do Estado da Índia e do Brasil. A.A.V.V., D. João III e a Formação do Brasil. Lisboa: CEPCEP - Universidade Católica Portuguesa, 2004, p. 167-194.
- DIAS, Manuel N. “Natureza e estatuto da capitania do Brasil». Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*. Vol. XXVII. 1979, p. 171-188.
- DOMINGUES, Francisco Contente e GUERREIRO, Inácio. “A Vida a Bordo na Carreira da Índia (Século XVI)”. *Actas da VI Reunião Internacional da História da Náutica e Hidrografia*. Lisboa: C.N.C.D.P., 1989, p. 185-225.
- FERREIRA, Waldemar. *História do Direito Brasileiro. As capitanias coloniais de juro e herdade*. São Paulo: Saraiva, 1962. v. 1.
- LACERDA, Teresa. *Os capitães das armadas da Índia no reinado de D. Manuel I – uma análise social*. Dissertação de mestrado em História e Arqueologia da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Texto policopiado. Lisboa, 2006.

- LEAL, João Eurípedes Franklin. Capitania do Espírito Santo na segunda metade do século XVI. *RIHGES*, Vitória, n. 35, 1984.
- MEREA, Paulo A Solução Tradicional da Colonização do Brasil. In DIAS, C. Malheiro et al. (Ed.). *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III (1521-1580). Porto: Litografia Nacional, 1924.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.
- PACHECO, Renato (prefácio). *O Espírito Santo em princípios do século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua visita à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 a 1819*. Disponível em <[www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/o-espírito-santo-em-principios-do-seculo-xix-2/](http://www.estacaocapixaba.com.br/temas/historia/o-espírito-santo-em-principios-do-seculo-xix-2/)>. Acesso em 3 Novembro 2011.
- PAULO, Eulália, GUINOTE, Paulo. “A caminho do oriente:preparação e quotidiano da gente de guerra nas naus da Índia”. In *Actas do VIII Colóquio de História Militar - Preparação e Formação Militar em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1997, pp 59-110.
- PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro. *Martim Afonso de Sousa e a sua linhagem: a elite dirigente do império português nos reinados de D. João III e D. Sebastião*. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de doutoramento. Texto policopiado. Lisboa, 2007.
- PISSARRA, José Virgílio Amaro. *Chaul e Din, 1508 e 1509. O Domínio do Índico*. Col. Batalhas de Portugal. Lisboa:Tribuna da História, 2004.
- RAMALHO, Maria M. B. de Magalhães. “Memórias sepulcrais” do convento de São Francisco de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4, n. 1, p. 145-185, 2001.
- Revista Trimestral do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil*. Tomo XXIV. 1º trimestre. Rio de Janeiro: Typographia de D. Luiz dos Santos, 1861, p. 175-196.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio. O comércio e a navegação na capitania portuguesa do Espírito Santo-Brasil (séc. XVI-XVIII). Comunicação apresentada no XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social *Crises Económicas, Crises Sociais*. Lisboa, 2010.

- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, COSTA, João Paulo Oliveira e. *Campanhas de Afonso de Albuquerque Conquista de Goa 1510-1512*. Vol I. Col. Batalhas de Portugal. Parede: Tribuna da História, 2008
- \_\_\_\_\_. *Conquista de Malaca 1511*. Campanhas de Afonso de Albuquerque. Vol. II. Col. Batalhas de Portugal. Parede: Tribuna da História, 2012.
- SALGADO, Augusto A. Alves. O poder naval português no Atlântico – séculos XVI a XVIII. Comunicação apresentada ao Congresso Internacional *O espaço atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Org. Centro de História de Além Mar, FCSH-UNL e Departamento de Ciências Humanas-Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2005. Disponível em: <<http://ebookbrowse.com/augusto-alves-salgado-pdf-d179689920>>. Acesso em 26 Novembro 2011.
- SANTOS, Estilaque Ferreira dos. A morte de Vasco Fernandes Coutinho: uma controvérsia historiográfica. *RIHGES*, Vitória, v. 63, p. 99-118, 2009.